

CONJUNTOS RURAIS CISTERCIENSES PERTENCENTES AO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA E SEU ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO

Maria do Céu Simões Tereno*
Marízia Clara Menezes Dias Pereira**

Introdução

O património arquitectónico, nos seus diversos níveis, tem merecido cada vez maiores cuidados e atenção, no que respeita à sua conservação, como evidencia a Lei do Património Cultural, Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro¹.

Não são apenas os monumentos classificados que são objecto de atenção, esta Lei aponta também os centros históricos, os conjuntos urbanos e rurais, os jardins históricos e os sítios, que tenham interesse cultural relevante, como objecto de protecção e valorização².

As grandes Ordens Monásticas através da sua prática religiosa e da transmissão de conhecimentos, até no campo da agricultura, como algumas fizeram, tiveram uma participação importante na evolução cultural do país.

O estudo dos testemunhos deixados pela Ordem de Cister, que participam na identidade da nossa arquitectura e sua paisagem envolvente e que titulamos como Conjuntos rurais cistercienses pertencentes ao Mosteiro de Alcobaca e seu enquadramento paisagístico, poderá contribuir para uma melhor identificação dos vestígios destes conjuntos rurais e paisagem onde se inserem e como um alerta para o interesse na sua protecção e, eventualmente, na sua valorização.

Temos em conta que a arquitectura portuguesa é resultado de experiências variadas dos povos que por aqui passaram e deixaram as

¹ Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro de 2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

² Idem, Nº 1 do artigo 2.

suas marcas e, em menor escala, mas não negligenciável de instituições, como esta Ordem, que deixaram marcas em áreas apreciáveis do território através de uma arquitectura que exprimia a sua forma de estar na vida e que foi modelo seguido pelas populações que se situavam nas proximidades dos locais onde se implantaram.

A necessidade que determinava a busca de locais propícios para a implantação dos mosteiros e granjas dos monges brancos, que deviam situar-se em locais isolados e sempre que possível na proximidade de rios e de matas, de forma a poderem subsistir autonomamente, levou-os naturalmente a intervir nos locais referidos, deixando não apenas marcas na arquitectura mas também na paisagem e vegetação que envolvia os edifícios que construíram.

A acção desta Ordem em afiliação directa à Casa Mãe de Claraval de 1143³ a 1567⁴, data em que o Papa Pio V permitiu a constituição da Congregação Autónoma de Portugal, separada da Ordem de Cister, mas seguindo a sua regra, estendeu a sua influência ao longo de cerca de sete séculos, até à data de extinção das Ordens religiosas, em 28 de Maio de 1834⁵.

As finalidades diferentes de algumas granjas deram origem a programas arquitectónicos variados que vamos procurar identificar, sempre que possível.

Dizemos sempre que possível, porque após a extinção das ordens religiosas as granjas e quintas pertencentes aos Mosteiros foram vendidas a diferentes compradores que, em muitos casos, as foram descurando ou vendendo desmembradas restando de algumas delas poucos ou quase nenhuns vestígios.

³ Pedro Gomes Barbosa – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, p. 106, onde recorda que: “De qualquer forma, 1153 marca, efectivamente, o início do Couto como propriedade dos monges bernardos, com a transmissão da posse dessa herdade régia, entre Leiria e Óbidos.”

⁴ Dom Maur de Cocheril – *Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 32

⁵ Manuel Vieira Natividade, *Mosteiro de Alcobaça – (Notas Históricas)*, Coimbra, 1885, p. 179

A distinção segura entre as estruturas agrícolas com as designações de granja e quinta não se encontra ainda estabelecida em definitivo⁶, por isso, embora o objecto do trabalho seja o estudo da arquitectura das granjas cistercienses do Mosteiro de Alcobaça consideramos também as quintas que lhe pertenceram por se notarem algumas afinidades nas estruturas arquitectónicas nestes dois grupos de propriedades agrícolas.

Essas afinidades podem resultar dos princípios orientadores da vida monástica cisterciense estabelecidos no Exórdio de Cister⁷ e que, em termos arquitectónicos, são explicitados no “plano cisterciense”⁸.

Este plano, que aponta para a austeridade – funcionalidade da sua arquitectura, parece acolher com clareza os princípios já definidos por Vitruvius⁹ de beleza, firmeza e utilidade.

Para um melhor entendimento dos ambientes arquitectónicos e sua envolvente paisagística que vamos encontrar fazemos uma pequena incursão na história desta Ordem, especialmente no que respeita ao

⁶ Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p.169, e p. 179, onde encontramos: “ A maior importância da Quinta em relação ao casal ressalta também dos edifícios que a compunham: grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões e sobradadas, celeiros, adegas, lagares, fornos, cavalariças, eventualmente mesmo uma torre “, o que nos permite ter uma noção dos edifícios que constituíam uma Quinta. Na p. 180, encontra-se um aspecto relevante sobre o que seria uma Quinta em termos administrativos: “ A quinta seria, assim, em primeiro lugar, nos últimos séculos medievais e na região da Estremadura, um centro administrativo, embora pudesse acumular essas funções com as de cultivo da terra. No seu conjunto encontra-se emprazada também. Pode dizer-se que ela reflectia em escala reduzida e simplificada, a estrutura de um domínio senhorial”. E também Carlos da Silva, Alberto Alarcão, António Poppe Lopes Cardoso, *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Lisboa, 1961, p. 86

⁷ Artur Nobre de Gusmão – *A Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, 1948, p.25, e ainda na p. 35, não deixa de “ ...referir o importante papel representado pela criação das célebres granjas do Mosteiro, onde eram ministrados aos colonos os mais perfeitos conhecimentos da época...”.

⁸ Dom Maur de Cocheril – *Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 35 e Vicente-Angel Alvarez Palenzuela, *ob. cit.*, p. 53. Este autor é de opinião que as granjas seriam construídas à imagem de pequenos mosteiros, naturalmente que com estruturas mais adequadas ao funcionamento de uma exploração agrícola, senão vejamos: “ Aunque com sensibles diferencias entre ellas las granjas son pequenos monasterios que repiten en esquema la distribución y partes de una verdadera abadía, incluso poseen un oratorio aunque no pueden, como veremos, celebrarse oficios en ellas.”

⁹ Vitruvius, – *The Ten Books on Architecture*, traduzido por Morris Hicky Morgan, Londres, 1ª Edição 1960, pp. 13-16 e p. 190

Mosteiro de Alcobaça, visto que os períodos áureos e as vicissitudes por que passou ao longo dos séculos tiveram reflexos na dimensão, nas funções e nas estruturas das granjas e quintas e, por fim, no estado de conservação em que se encontram.

Neste aspecto o trabalho dará um contributo para a inventariação destes conjuntos rurais e, desta forma, para a protecção deste património cultural como a Lei referida prevê, por se tratar de um património ligado à nossa cultura.

Do ponto de vista da apropriação dos terrenos para as actividades agrícolas foi significativa a acção deste Mosteiro¹⁰ com a drenagem de zonas palustres como a de Valado dos Frades e a zona de Maiorga – Cós e com a recuperação de terras na zona marítima, como a área da Lagoa da Pedreneira¹¹.

Nestes terrenos nasceram novas granjas¹², que por diversos métodos, quer pelo estabelecimento de coutos, quer pela difusão de conhecimentos agrícolas¹³, atraíram população (visto que a sua regra impunha a implantação de mosteiros em locais isolados¹⁴), que deu origem a algumas povoações¹⁵, que se foram desenvolvendo nas proximidades do Mosteiro.

¹⁰ Dom Maur de Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, p. 5, onde encontramos: « les moines devaient travailler dur por mettre en valeur leur domaine ».

¹¹ Dom Maur de Cocheril – *Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 31

¹² Pedro Gomes Barbosa – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, p.140, e Marcel Pacaut, *Les Ordres Monastiques et Religieux au Moyên Age*, Lion, 1993, p. 156

¹³ Louis J. Lekay – *Los Cistercienses – Ideales y Realidad*, Barcelona, 1987, p. 33 e 45

¹⁴ Manuel Vieira Natividade, *Mosteiro de Alcobaça – (Notas Históricas)*, Coimbra, 1885, p. 10, mostrando que o Castelo de Alcobaça é de origem árabe, afirma que “ é falsa a afirmativa dos chronistas alcobacenses que dizem não haver, n’aquelles lugares, o menor vestígio de povoação ao tempo que se fundava o mosteiro. E nem mesmo é natural que os mouros deixassem de cultivar as cercanias d’Alcobaça tão férteis e tão mimosas”. Ver ainda Joaquim V. Natividade, *Obras Várias II*, “ Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça”, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do 1º Centenário da Morte do Professor Joaquim Vieira Natividade, s/d, pp.32-35.

¹⁵ Joaquim V. Natividade, *Obras Várias II*, “ Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça”, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do 1º Centenário da Morte do Professor Joaquim Vieira Natividade, s/d, p. 35, e Maria Alegria Fernandes Marques, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, “ Os Coutos de Alcobaça: das Origens ao Século XVI”, Lisboa, 1998, p. 182.

As primeiras granjas foram, naturalmente, implantadas nas cercanias do Mosteiro o que permitia deslocações pouco demoradas dos irmãos conversos para os seus locais de trabalho e, ao mesmo tempo, a partir destes, para as actividades religiosas em que tinham de participar no Mosteiro¹⁶.

Ao longo do tempo com a prosperidade agrícola¹⁷ conseguida e com a afluência de novas terras por doação (o couto entregue por D. Afonso Henriques¹⁸ tinha 44 hectares¹⁹) foram criadas granjas a maiores distâncias do Mosteiro²⁰.

Para o desenvolvimento do território que lhes foi confiado, os monges deste Mosteiro utilizaram duas vias: favoreceram o povoamento pela constituição de coutos, para a fixação de colonos²¹, geralmente em áreas mais difíceis de povoar; fomentaram

¹⁶ Dom Maur de Cocheril, *Alcobaça, Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p.27, e Vicente-Angel Alvarez Palenzuela, *Monasterios Cistercienses en Castilla (Siglos XII-XIII)*, Universidad de Valladolid, 1978, p. 56, onde refere que: " La manifestación más clara del temor que inspira la tendencia centrífuga de las granjas es le preocupación que demonstra el Capítulo sobre la existencia de altares en las mismas, seguramente porque la posesión de altar en que se celebran los oficios podia ser tomado como símbolo de la autonomía de la granja que passaria a convertirse en un priorado, hecho al que era radicalmente opuesto el espíritu cisterciense."

¹⁷ Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 133

¹⁸ Manuel Vieira Natividade – *O Mosteiro de Alcobaça, (Notas Históricas)*, Coimbra, 1885, p. 60, que sugere uma interpretação ligeiramente diferente: " D. Afonso valeu-se então da poderosa influência de D. Bernardo para obter a sua confirmação do papa Eugénio III, como effectivamente obteve, e cedeu-lhe, depois como gratidão as terras de Alcobaça..."

¹⁹ Dom Maur de Cocheril – *Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 19

²⁰ Joaquim Vieira Natividade, " Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça ", *Obras Várias II*, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I Aniversário da Morte do Prof. J. V. Natividade, Alcobaça, s/d, p. 36, onde referindo as boas condições de implantação das granjas diz: " No começo do séc. XIII, quarenta e tantos anos depois da sua chegada, diz-nos Frei Fortunato de S. Boaventura, os religiosos já haviam desbravado a maior parte das terras que ficavam até uma légua de distância do Mosteiro".

²¹ Bernardette Barrière " Les Patrimoines Cisterciens en France – du faire valoir direct au fermage et à la sous traitance", " *L'Espace Cistercien*", Leon Pressouyre (ed.), Paris, 1991, p.47, e Javier Pérez-Embid Wamba, " Le Modèle Domaniacal Cistercien dans la Península – Ibérique ", " *L'Espace Cistercien*", Leon Pressouyre (ed.), Paris, 1991, p. 151, e Iria Gonçalves, " Custos de Montagem de uma Exploração Agrícola Medieval " – *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, 1988, p. 219, e ainda José Mattoso, *História de Portugal – A Monarquia Feudal, 1096-1480*, Vol.II, Lisboa, s/d, p. 183, onde surge a seguinte referência: " Alguns deles, como os Cistercienses, praticavam a gestão directa, usavam o trabalho manual dos conversos – uma mão-de-obra gratuita –, entravam a fundo na economia de produção e de troca, edificavam

o desenvolvimento agrícola²² através da criação de granjas²³ nos terrenos mais férteis.

Em locais adjacentes às granjas desenvolveram-se, via de regra, pequenos povoados rurais constituídos por pequenos proprietários descendentes dos primeiros colonos²⁴.

A finalidade e a estrutura de algumas destas foram adaptadas a objectivos mais amplas do que os das primeiras granjas. Foram criadas escolas agrícolas e foi garantido o apoio espiritual a todo o pessoal que aprendia e trabalhava sendo, para isso, construídas capelas nessas granjas²⁵.

Nestas granjas, as *magister grangie*²⁶, o mestre granjeiro era investido de maior autoridade do que os das primeiras, autoridade que podia estender-se, quando eram constituídos coutos para a fixação de população, à área municipal, sendo responsáveis pelos aspectos de jurisdição respeitantes a esses coutos.

A fase de maior crescimento pode situar-se no período que decorreu do reinado de D. Pedro I, 1357 até 1433, no reinado de D. João I.

granjas perto das estradas e encruzilhadas, estudavam a melhor maneira de conservar os géneros para não se deteriorarem, compravam terras sem cessar."

²² Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 133

²³ Pedro Gomes Barbosa – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, 1992, p.140

²⁴ Dom Maur de Cocheril – *Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 28

²⁵ Nas granjas até agora estudadas, encontram-se capelas nas Quinta de Vale de Ventos, e noticia da existência de uma capela, entretanto destruída, na Quinta do Campo. Dom Maur de Cocheril, *ob. cit.*, p. 27, e M.^a del Pilar Rodríguez Suárez y Mercedes Vásquez Bertomen, " Aproximación a las Granjas de Oseira a la Luz de la Documentación de los Siglos XII-XIV, *Actas do Congresso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia y Portugal*, Vol. I, Ourense, 1992, p. 245, onde referem, sobre as estruturas que constituíam uma granja, que: " Rastreando en los textos se localizan elementos aislados que pueden o no ser comunes a todas elas, aunque es de supor que existan rasgos similares: un edificio donde viven los frailes, más o menos cerca de una iglesia parroquial, almacenes, y unas tierras de cultivo directo (al menos en los primeros tiempos)."

²⁶ A. Almeida Fernandes, *As Dez Freguesias do Concelho de Tarouca, (História e Toponímia)*, Braga, 1995, p. 288, entendia-se este tipo de granja, como a que tinha na sua gestão um mestre granjeiro, sendo pois de importância mais significativa dos que as granjas de nível inferior, de acordo também com o mesmo autor.

A prosperidade do Mosteiro afastou os monges da austeridade da sua Regra, habituou-os a uma vida mais faustosa, mais intelectual e artística que os encaminhou para a decadência.

A redução no ingresso de irmãos conversos, devido a alterações das perspectivas de vida, tanto no Mosteiro como na sociedade civil, implicou a entrega da exploração de muitas das granjas a rendeiros²⁷.

A prosperidade atingida por este mosteiro atraiu as atenções de entidades a ele estranhas e fomentou o interesse pelos bens e rendimentos obtidos. Parece ser esse o motivo de interesse do arcebispo de Lisboa²⁸, Dom Jorge da Costa (o maior açambarcador de bens eclesiásticos que houve em Portugal²⁹), que obteve o lugar de Abade comendatário³⁰, em 1475³¹ por troca por um rendimento vitalício aceite pelo o Abade do Mosteiro, Dom Nicolau Vieira.

Ficou aberto o caminho para a criação da Congregação Autónoma Portuguesa, obtida do Papa Pio V em 1567, separada da dependência da Ordem de Cister, mas seguindo a sua regra não podendo, por isso, presumir-se a sua descaracterização.

Ficou aberto também o caminho para um período extenso de decadência provocada por administrações menos empenhadas nos interesses do Mosteiro do que em aplicar os seus rendimentos noutros fins.

Acresceram às dificuldades do Mosteiro as consequências do terramoto de 1563 que afectou as suas estruturas.

Com a perda da independência de Portugal, em 1580, todas as vicissitudes por que passou o país se reflectiram, certamente, na área de influência do Mosteiro.

²⁷ Iria Gonçalves – *O Património do Mosteiro de Alcobaça, nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, p. 142, Ainda no início do século XIV, de acordo com Iria Gonçalves os frades conversos procediam ao trabalho da terra com as suas mãos, e administravam as explorações agrícolas, p. 142.

²⁸ Dom Maur de Cocheril – *Alcobaça – Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, 1989, p. 32

²⁹ Idem, p. 32

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 32

³¹ *Ibidem*, p. 32

Não melhorou a situação do Mosteiro no período do domínio espanhol de 1580 a 1640, mas logo que este terminou, por decisão de D. João IV, extinguiu-se o cargo de abade comendatário e voltou a haver abade eleito internamente.

O percurso, no entanto, esteve mais sujeito a influências não tão religiosas, mais políticas e sociais.

Terminado o domínio espanhol o Mosteiro adquiriu, sob a protecção de D. João V, a sua maior extensão, e novo período de prosperidade. No domínio desta Abadia podiam contar-se 14 vilas dos coutos³² e 18 granjas, 8 das quais associadas a vilas dos coutos³³.

Outras perturbações de monta, com causas naturais, como o terramoto de 1755³⁴, e as consequências devastadoras das invasões francesas, no início do século XIX, afectaram de forma vincada o património do mosteiro.

No entanto houve também aspectos positivos, atribuíveis a causas políticas, como as acções determinadas no tempo do Marquês de Pombal no âmbito da reconstrução dos mosteiros e suas quintas e granjas.

Após a derrota de D. Miguel, em 1833, nas guerras liberais, o Mosteiro que tinha aderido à sua causa, foi alvo de intensas pilhagens.

Por fim, a lei de 28 de Maio de 1834 que extinguiu as Ordens religiosas e permitiu a venda, a alienação e a falta de cuidados na preservação dos bens, abriu caminho, mesmo que não tivesse sido

³² Joaquim Vieira Natividade, " As Granjas do Mosteiro de Alcobaça " *Obras Várias II*, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I aniversário da Morte do Prof. J. Natividade, p.65

³³ Pedro Gomes Barbosa, - *Povoamento e Estrutura Agrícola...*, p. 141, onde afirma que: " Se aceitarmos como autêntica a carta já referida, de Honório III introduzida a informação de Gregório IX, teremos as seguintes granjas, em 1227: Chaqueda, Jardim, Mesão Frio, Évora, Marrondo, Turquel, Almofala, Ferreira, Carvalhal Benfeito, Vimeiro, Valbom, Salir, Mota, Alfeizerão, Bacelo, Torre de Framundo, Pescaria, Cella (Nova), Bárrio, Valado, Colmeias, Cós (maior e menor, no segundo documento), Ferraria de Dona Daiz (sic.), Granja Nova, Souto e, talvez, Torre de S.Martinho (do Porto)." O que perfaz um número de cerca de 26 ou 27, relativamente diferente das referidas por J. Natividade, " As Granjas do Mosteiro de Alcobaça " *Obras Várias II...*", p.65

³⁴ Joaquim V. Natividade, ob. cit., " O Mosteiro de Alcobaça – Notas Históricas " *Obras Várias*, vol. II, p. 12

esse o seu objectivo, a uma degradação quase por completo irreparável, especialmente no caso das granjas e quintas.

A mudança de atitude dos monges ao longo dos tempos, nos âmbitos espiritual e temporal, associada a necessidades de vária ordem, nomeadamente políticas, sociais e económicas, abriram novos caminhos às granjas, nem sempre os mais positivos e colocaram as suas continuadoras, em boa parte dos casos, numa situação deplorável.

Como refere a lei já mencionada³⁵ os conjuntos rurais e sítios encontram-se classificados no artigo 15º, nº. 1, como bens culturais³⁶.

Nesta perspectiva, e pelo interesse que nos suscitaram alguns destes conjuntos, estudá-los quer do ponto de vista da arquitectura constituinte dos núcleos construídos, quer da sua inserção no território, das influências que estas implantações ocasionaram no mesmo, deixando a sua marca na paisagem.

A paisagem vegetal natural

A partir de variada bibliografia relativa às granjas cistercienses do Mosteiro de Alcobaça apercebemos-nos que a origem de algumas delas é bastante remota uma vez que: *"... Desde o dia em que D. Afonso Henriques doou a S. Bernardo as terras de Alcobaça, então ermas e selvosas, até àquele em que o último monge abandonou o Mosteiro, mediaram setecentos anos... (Vieira natividade, 1942: 7) "*.

Mesmo depois de tantos anos e apesar da acentuada degradação dos patrimónios construído e natural, é possível imaginar e porventura esboçar alguns traços do que poderia ter sido a paisagem envolvente às granjas de então.

A paisagem tem apresentado alterações no espaço e no tempo, ao longo da evolução da Terra, criando distintas formas e relações. No

³⁵ Lei nº 107/2001 de 10 de Setembro de 2001

³⁶ Idem, art. 15º, n.1

início era constituída por elementos físicos ou abióticos e, mais tarde, com o aparecimento da vida, passou a ser constituída por elementos físicos e bióticos.

A localização de Portugal continental em latitude proporciona a existência de várias áreas de vegetação potencial, cuja distribuição está de acordo com a temperatura (mais baixa no norte do que no sul, mais amena no litoral que no interior), precipitação atmosférica (mais elevada no norte, em altitude e no litoral) e o tipo de solos (silicioso, neutro ou básico), entre outros factores. É também importante a intervenção humana na vegetação natural que dá lugar a uma paisagem diferente da natural, não só pela introdução de espécies exóticas mas também pelo corte e desbastes excessivos de espécies vegetais autóctones. O clima e o solo são os principais factores responsáveis pela existência de duas regiões bem definidas, a atlântica, a norte, constituída por espécies caducas do litoral e centro da Europa e que em Portugal tem a fronteira meridional, e a mediterrânica, a sul, dominada por espécies persistentes e xerofíticas, típicas da bacia mediterrânica.

De acordo com Brockmann-Jerosch & Rubel (1912) *in* Rivas-Martínez (1996) a vegetação atlântica pode incluir-se na formação fisionómico-ecológica *Aestilignosa* de climas temperados, frios e oceânicos, cujos bosques (*Aestisilvae*) são caracterizados pela dominância de árvores despidas de folhas durante o Inverno (caducifólias). A vegetação mediterrânica pertence à formação subtropical *Durilignosa*, com bosques constituídos por espécies de folhas sempre verdes, duras e coriáceas (*Durisilvae*). Na Península Ibérica, predominam as *Quercus* de folhas pequenas e persistentes, principalmente a azinheira (*Quercus rotundifolia*), sobreiro (*Quercus suber*) e o carrasco (*Quercus coccifera*). O sub-bosque (*Durifruticeta*) é constituído por matagais e matos com árvores pequenas e arbustos.

Numa abordagem muito geral, tendo em conta a caracterização da região feita por Vieira Natividade (1942:17 e 18): "... Escalvada e árida, erguia-se ao nascente a serra dos Candieiros; ao poente cobria o mar os campos do Valado e da Maiorga. Entre estes dois limites, apenas uma faixa estreita, selvosa, onde pequeninos ribeiros, raros e delgados fios de água, se escondem sob os silvedos para fugir, durante a canícula, ao beijo ardente e mortal do sol. ..." e "... Revestia as colinas essa vegetação espinhosa e agressiva, tão característica da flora mediterrânica-atlântica; charcos e pântanos cobriam então as veigas mais ricas..." e as herborizações efectuadas em algumas manchas de vegetação residual nos arredores das granjas, é possível imaginar como teria sido a composição da cobertura vegetal da região de há 750 anos. Assim, as comunidades climáticas dos *Coutos de Alcobaça*, tipicamente mediterrânicas apresentariam um carácter florestal e os bosques revestiriam toda a superfície de um extremo ao outro do território. Nas zonas mais húmidas ou mais secas poderia haver diferenças no elenco florístico, na altura dos bosques, dos matagais e dos matos.

Em condições de evolução natural, os bosques seriam muito densos pluriestratificados, dominados por espécies vegetais de folhas duras, coriáceas (esclerófilas) e sempre verdes durante todo o ano (perenifólias). Nos solos maduros e profundos as copas das árvores poderiam tocar-se e os sub-bosques seriam ricos em espécies ombrófilas (arbustos persistentes, trepadeiras e herbáceas) em que a riqueza ou pobreza do estrato arbustivo e escadente poderia variar de acordo com a continentalidade, uma vez que em regiões de climas muito secos estariam, praticamente, ausentes. A maior parte do território estudado estaria revestido, por extensos bosques puros ou mistos de: carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), sobreiro (*Quercus suber*) azinheira (*Quercus rotundifolia*) e zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*). Associadas a estas formações climáticas, existiriam

arbustos grandes e esclerófilos como: carrasco (*Quercus coccifera*), sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus*), aroeira (*Pistacia lentiscus*) e medronheiro (*Arbutus unedo*). As espécies lauróides: folhado (*Viburnum tinus*) e loureiro (*Laurus nobilis*), cresceriam em mosaico com as caducifólias: pilriteiro (*Crataegus monogyna*) e roseiras (*Rosa spp.*) e lianas: salsaparrilha-bastarda (*Smilax aspera*), madressilva (*Lonicera implexa*) e granza (*Rubia peregrina*).

Ao longo dos rios e ribeiras ou outras zonas onde o nível freático estaria quase à superfície, apareceriam bosques ribeirinhos onde se integrariam as espécies arbóreas de folhas planas, caducas ou marcescentes, tais como: freixiais (*Fraxinus angustifolia*), choupais (*Populus nigra* e *P. alba*), amiais (*Alnus glutinosa*) e salgueirais arbóreos (*Salix spp.*) cujos sub-bosques seriam ricos em espécies termófilas. Nas margens lodosas, remansos e valas dos rios, ribeiras e lagos com água permanente, cresceria uma vegetação hidrofítica, os canaviais e caniçais de grande porte, podendo, em algumas ocasiões, formar bandas ao longo dos cursos de água.

A situação actual da paisagem

De acordo com Marques (1994) na geomorfologia das regiões onde estão implantadas as granjas estudadas destaca-se o sopé da Serra de Candeeiros (Ataija-de-Cima e Vale de Ventos) e uma extensa planície sedimentar (Valado-dos-Frades) de onde sobressai um maciço (156 m) de origem vulcânica.

A partir da composição florística identificada em alguns bosquetes, geralmente um tanto degradados, não resta dúvida que estamos no domínio climático dos carvalhais marcescentes de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*). A presença de azinhais nos fundos dos vales, entre as colinas e montanhas, de origem calcária deve-se à acção antropogénica que seleccionou as azinheiras (*Quercus rotundifolia*) com maior valor económico, sobretudo para a

alimentação animal, em detrimento dos carvalhais. Nas poucas zonas com solos de natureza siliciosa desenvolvem os sobreirais (*Quercus suber*) muito ricos em carvalhos-cerquinhos. Em solos arenosos predominam os pinhais de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e manso (*Pinus pinea*) e junto à serra dos Candeeiros, principalmente em encostas muito inclinadas e com afloramentos rochosos crescem eucaliptais (*Eucalyptus spp.*), explorados em talhadia.

Conjuntos rurais

Dada a extensão do território que integrava os antigos coutos do Mosteiro de Alcobaça, e as numerosas granjas que se foram constituindo ao longo da permanência dos monges brancos neste território, pareceu mais razoável seleccionar os conjuntos que considerámos mais significativos, quer pelo interesse dos vestígios encontrados, quer pelas condições de conservação em que se encontram.

Nesse sentido serão estudadas a Quinta do Campo, um conjunto que pelas suas características particulares, se manteve sem alterações assinaláveis ao longo do tempo, a Quinta de Vale de Ventos, de época já posterior, e com uma extensão muito assinalável, sendo rica do ponto de vista da paisagem, e o Antigo Lagar dos Frades em Ataija de Cima, por se tratar de um conjunto edificado e paisagístico, que a nosso ver tinha interesse em ser estudado (Fig. 1).

Quinta do Campo

A quinta com a qual iniciamos o estudo dos conjuntos rurais usa já esta designação no século XVIII (Fig.2). Apresenta-se como um conjunto coeso, e sem alterações muito pronunciadas desde a sua instituição no século XIII.

É a que, pela primeira vez, nos permite uma visão mais próxima da obra realizada pelos monges cistercienses porque os seus proprietários

– (encontra-se na mesma família quase desde a extinção das ordens religiosas, em 1834, data em que deixou de pertencer ao Mosteiro de Alcobaça) – tiveram a preocupação de adequar, quanto possível, as suas necessidades às estruturas existentes de modo a não apagar os vestígios daquela obra³⁷.

A par disso, cuidaram de conservar a documentação que lhes respeita e, através dela, podemos avaliar as mudanças realizadas desde 1782, data do “*Autos do Tombo da Quinta do Campo, Trelado em pública forma dos autos de demarcação e medição da Quinta do Campo, e mais cinco Justificações a ellas juntas por linha*”, designação usada nesta data – a que nos foi permitido acesso³⁸.

A Quinta do Campo é de fundação bastante remota, pertencendo ao conjunto de granjas fundadas no século XIII³⁹.

³⁷ A aquisição da Quinta foi feita pelo Sr. Dr. Manuel Yglésias cerca de 1834, segundo informação do actual proprietário e referência na publicação “*Valado dos Frades, do séc. XII ao séc. XX*”, Aurélio José R. de Sousa, Sérgio Leal Pedro, em edição da Junta de Freguesia de Valado dos Frades, 1988, p. 7. E ainda M. V. Natividade, *O Mosteiro de Alcobaça, Notas históricas*, Coimbra, 1885, p. 40, Onde refere: “A Quinta do Campo, hoje propriedade do Sr. Manuel Yglésias, foi uma das melhores escolas agrícolas que havia nos coutos. Pela extinção das ordens religiosas passou à fazenda real, que a deu ao Conde de Villa Real em compensação de prejuízos de guerra, no valor de 100:000\$000 réis”. O actual proprietário Sr. Dr. João Pedro Collares Pereira é bisneto do Sr. Dr. Manuel Yglésias, que adquiriu a Quinta, quase imediatamente a seguir à extinção das ordens religiosas. O Dr. Collares Pereira, com o objectivo de conservar todo o conjunto sem grandes alterações, procedeu à transformação da Quinta em turismo de habitação de qualidade.

³⁸ *Autos do Tombo da Quinta do Campo, Trelado em pública forma dos autos de demarcação e medição da Quinta do Campo, e mais cinco Justificações a ellas juntas por linha*, facultados pelo proprietário da Quinta.

³⁹ Frei Fortunato de S. Boaventura, *História Chronológica e Crítica da Real Abbadia de Alcobaça*, 1892, título II, Cap. IV, p. 41, ver também J. V. Natividade – *Obras Várias II*, “As Granjas do Mosteiro de Alcobaça”, p. 65, onde acrescenta que “Verifica-se já existirem nessa época no território cisterciense pelo menos as Granjas seguintes: Granja do Valado, Granja das Colmeias, Granja de Cós, Granja do Vimeiro e Granja Nova (Santa Catarina). E ainda, Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central, séc. XII a 1325*, Lisboa, 1992, p. 143. Pedro G. Barbosa afirma que: “Se aceitarmos como autêntica a carta já referida, de Honório III, introduzida a afirmação de Gregório IX, teremos as seguintes granjas, em 1227: Chaqueda, Jardim, Mesão Frio, Évora, Marrondo, Turquel, Almofala, Ferreira, Carvalhal Benfeito, Vimeiro, Valbom, Sallir, Mota, Alfeizerão, Bacelo, Torre de Framondo, Pescaria, Cella (Nova), Bário, Valado,...”. Estas afirmações fazem-nos pensar que em 1248, ou seja antes da demarcação mandada fazer pelo Bispo de Lisboa, as granjas mencionadas já podiam existir, facto que se pode confirmar pela referência de P. G. Barbosa, apoiada na Carta de Honório III.

Situa-se a cerca de 4 km a Sudeste da Nazaré e a cerca de 7 km a Noroeste de Alcobaça⁴⁰ integrada na povoação de Valado dos Frades⁴¹, na extremidade de uma antiga península quase planáltica, delimitada a Norte por um estrangulamento do Rio Alcoa, ligado à antiga Lagoa da Pederneira⁴².

A Quinta do Campo foi considerada, dentro do cômputo das granjas pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça, como uma das escolas agrícolas modelares instituídas pelo mesmo⁴³.

⁴⁰ F. C. de Azevedo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continentale Insular*, Porto, 1906, p. 27, refere sobre o Lugar do Valado o seguinte : " Em 1840 pertencia esta F. ao conc.º da Pederneira, ext.to pelo decreto de 24 de Outubro de 1855, pelo qual passou ao de Alcobaça." E ainda " Também parece não era ainda F. em 1758, pois não o encontramos como tal no D. G. M. Está situado o L. do Vallado 4 km a E.S.E. do Oceano e da V.ª da Pederneira. Dista de Alcobaça 7 km para o N.º. Comp.º esta F., além do dito L. de Vallado, o da Moita, o casal de Aguas Bellas e a q.ta do Campo."

⁴¹ Esta povoação não existia tal como a conhecemos hoje. Desenvolveu-se a partir da implantação do Caminho-de-ferro. O bisavô do actual proprietário, porque o traçado do Caminho-de-ferro atravessava a sua propriedade, estabeleceu um acordo com a Companhia de Caminhos-de-ferro, trocando a indemnização pela utilização dos terrenos, pela construção da Estação de Caminhos-de-ferro na sua propriedade. Com a crescente utilização da estação, foram sendo criadas infra-estruturas que deram origem à povoação que hoje conhecemos. Quanto à etimologia da palavra Valado, surge uma proposta de M.V. Natividade, *O Mosteiro de Alcobaça, Notas históricas*, Coimbra, 1885, p. 40, que aponta no sentido de velar: " Antigamente Velado de velar, porque ali existia um frade encarregado de vigiar ou velar pela agricultura dos campos da Maiorga e Campinho, hoje campos do Vallado, que a esse tempo pertenciam ao mosteiro de Alcobaça."

⁴² Pedro Gomes Barbosa, José Manuel Mascarenhas, Maria do Céu S. Tereno, " Granjas Monásticas e Estruturação do Território nos Coutos de Alcobaça " separata das Actas do Congresso Internacional Sobre o Cister en Galicia y Portugal, Ourense, 1998, p. 1456. Veja-se também M. V. Natividade, *Mosteiro e Coutos d'Alcobaça*, Alcobaça, 1960, p. 102. Ainda na mesma obra, p.99, sobre a Lagoa da Pederneira encontramos: " Na extensa orla do litoral dos seus Coutos, de Moel a Salir, possuía o Mosteiro três portos de mar: Paredes, Pederneira e S. Martinho do Porto". Na p. 99 encontram-se ainda outras referências sobre a Lagoa da Pederneira:"Sem probabilidades de erro se pode determinar a extensão do grande e extinto lago da Pederneira, desde os tempos pré-históricos ao domínio romano, e até ao seu completo desaparecimento, no decorrer do século XVII.", De interesse na mesma página: "...toda a orla que emolduraria a extensíssima e graciosa Lagoa que mais tarde se chamaria Lagoa da Pederneira". Para se ter uma noção do terreno ocupado pela Lagoa da Pederneira, consulte-se a estampa XXIX, da obra mencionada.

⁴³ J. V. Natividade, " As Granjas do Mosteiro de Alcobaça ", Separata do Boletim da Junta da Provincia da Estremadura, nº5, Lisboa, 1944, p. 49, e José P. Saldanha Oliveira e Sousa, *Subsídios para a História da Agricultura em Portugal – Coutos de Alcobaça – As Cartas de Povoação*, Lisboa, 1929, p. 40 e J. V. Natividade, *A Região de Alcobaça – Algumas notas sobre o estudo da sua agricultura população e vida rural*, Alcobaça, 1920, p. 15. Consulte-se ainda M. V. Natividade, *Mosteiro e Coutos d'Alcobaça*, Alcobaça, 1960, p. 29, e J. V. Natividade, " Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça", *Obras*

Pela dimensão do edificado, podemos concluir que se tratava de uma granja com importância considerável nos coutos de Alcobaça.

Outro aspecto que terá contribuído para que esta granja fosse considerada como modelar, foi o sistema hidráulico, que ainda se encontra em boas condições.

Este conjunto, de construção bastante antiga, corresponde, na maior parte, ao existente na data em que foi realizado o Tombo, a 4 de Março 1782, admitindo-se, por isso, de construção anterior a esta data.

Tem uma planta em U aberto a Sudeste, inscrito num rectângulo com 80 m de comprimento, por 48 m de largura, no interior do qual se encontra um pátio (Fig. 3).

Neste conjunto, que apresenta dois pisos, estavam instalados celeiros, cavalariças, cozinhas, currais e palheiros, relacionados com a actividade desenvolvida na Quinta (Fig. 5).

Segundo o actual proprietário⁴⁴, a utilização deste conjunto, reportada a meados do século XX, era a seguinte: o edifício onde ainda se vê a adega no piso térreo, era celeiro no primeiro piso, funções que se presumem semelhantes às anteriormente adoptadas.

Na realidade, a adega ainda mantém um conjunto completo, das pipas de acondicionamento dos vinhos, além de outras alfaias próprias para o seu fabrico.

É um edifício em muito boas condições de conservação e que funciona, actualmente, como museu das referidas alfaias e sala para a realização de eventos sociais e culturais relacionados com a actividade para que a Quinta foi vocacionada.

Várias II, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I Aniversário da Morte do Prof. J. V. Natividade, Alcobaça, s/d, p. 41

⁴⁴ O actual proprietário, Sr. Dr. João Pedro Collares Pereira, é bisneto do Sr. Dr. Manuel Yglésias, que adquiriu a Quinta, quase imediatamente a seguir à extinção das ordens religiosas, como já foi referido.

O edifício que remata o pátio é actualmente a casa de habitação, construída no lugar onde anteriormente se situavam as instalações dos monges, e também a capela deste conjunto (Fig. 4).

Depois da extinção das ordens religiosas, em 1834, o conjunto que seria o pequeno mosteiro, ou pelo menos as casas de habitação dos monges, e também a capela caíram em ruínas, que foram consideradas pelo proprietário que adquiriu a Quinta, como quase impossíveis de recuperar. Esta razão determinou o arrasar do que restava desse conjunto, a terraplanagem do terreno de modo a criar uma plataforma de maiores dimensões que a existente, e construiu-se nesse local o edifício destinado a habitação do proprietário, o que ocorreu em meados do século XIX.

Edifício de planta rectangular de dois pisos, tem dimensões assinaláveis, e em termos compositivos, apresenta nos alçados Noroeste e Sudeste um eixo de simetria central, definido pela porta principal de acesso e pela mansarda que remata o telhado.

Do portão desta Quinta vislumbram-se os grandes tanques de cantaria de calcário, destinados ao armazenamento das águas pluviais, que integram o complexo sistema hidráulico que irrigava a antiga granja, e de que nos ocuparemos posteriormente.

Quinta do Campo e sua Paisagem

A antiga escola agrícola, a Quinta do Campo (Valado dos Frades) está situada no Vale Tifónico na margem direita do Rio Alcoa, que se estende desde Óbidos até às planícies aluviais do Valado de Maiorga, nas zonas de transição para a região de colinas e areias pliocénicas (Rodrigues de Sousa & Pedro, 1988).

Actualmente, nos festos e encostas muito inclinadas e íngremes que contornam o extenso vale, encontramos carvalhais de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e azinhais (*Quercus rotundifolia*), além dos medronhais (*Arbutus unedo*) e carrascais (*Quercus coccifera*). Em

algumas zonas aparecem grupos de eucaliptos resultantes da acção antropogénica.

O bosque ripário que acompanha o rio Alcoa está actualmente, degradado por ter sido muito explorado pelo homem devido aos cortes, drenagem, agricultura nas margens e plantações de exóticas. Os freixiais (*Fraxinus angustifolia*), amiais (*Alnus glutinosa*) e os salgueiros (*Salix spp.*) estão muito fragmentados e têm crescimento desordenado e invasor (Figs. 6, 7 e 8) .

Quinta de Vale de Ventos

A Quinta de Vale de Ventos ocupa uma área próxima dos 300 hectares na encosta poente da Serra dos Candeeiros⁴⁵. Pode inscrever-se num rectângulo com o comprimento de cerca de 3 km e com uma largura média de cerca de 1 km e localiza-se a cerca de 14 km, em linha recta, de Alcobaça, vinda de Turquel

⁴⁵ Encontramos nas dimensões do perímetro desta Quinta, a expressão mais rigorosa da observação de J.V. Natividade, *A Região de Alcobaça, - Algumas notas sobre o estudo da sua agricultura população e vida rural*, Alcobaça, 1920, p.141, onde refere que: " Nas terras de Alcobaça nunca existiu a grande propriedade. A terra esteve sempre nas mãos do cultivador e apenas as quintas que pertenciam ao Mosteiro, e só depois da saída dos monges passaram para o domínio particular, constituíam excepção a essa regra." E ainda na p. 147 " Quinta: - Designa a propriedade de maior extensão. No plural emprega-se para designar as vinhas dos grandes vinhateiros". Ver também Bernardette Barrière " Les Patrimoines Cisterciens en France – du faire valoir direct au fermage et à la sous-traitance", *L'Espace Cistercien*, Leon Pressouyre (ed.), Paris, 1991, p. 53 e ainda Sobre as dimensões da propriedade, e para uma breve descrição do conjunto, veja-se José Pedro Saldanha Oliveira e Souza, *Subsídios para a História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, 1929, p. 135, onde podemos ficar com uma ideia muito clara sobre a estrutura da Quinta: " É enorme o olivedo; cobre uma vasta parte do sopé da Serra dos Candeeiros, e tem um bonito aspecto visto em conjunto. O olival, a capela, os lagares, os depósitos de água, denominados localmente pia do olival e pia da serra, as tulhas e o aviário, tudo é obra dos monges alcobacense. Além do olival, possui a Quinta terras de pão e montado podendo dar pasto para rebanhos, cujo leite tem consumo ali." Parece-nos uma descrição fiável, se atendermos a uma referência de José Diogo Ribeiro, *Memórias de Turquel*, Porto, 1908, p. 92, onde refere que:" – Pertenceu aos monges de S. Bernardo; hoje propriedade do Dr. José de Saldanha Oliveira e Sousa. ", Que mostra que o autor da primeira obra citada, falava com conhecimento da realidade. Como curiosidade, de referir que o autor anteriormente citado, era também proprietário de uma outra Quinta, a Quinta da Granja em Turquel, já estudada por nós, e que pertenceu também ao Mosteiro de Alcobaça.

É um conjunto de edifícios de características heterogéneas que, na nossa perspectiva, se desenvolvem a partir de um núcleo de três edifícios que parecem ser os mais antigos.

Defrontamo-nos com o edifício de habitação que parece ser estruturante neste conjunto. A ele estão associados o edifício de Igreja de construção posterior à da habitação, e do lado esquerdo um conjunto de edifícios de menor interesse definem a planta em U deste conjunto.

Uma constante neste conjunto é o estado precário de conservação em todos os edifícios, e espaços envolventes, fazendo prever o pior se não forem tomadas medidas de salvaguarda urgentes.

Próximo da intersecção dos três edifícios encontra-se, no nível térreo, uma passagem que liga o terreno fronteiro ao edifício de habitação a um pátio definido pelos edifícios números de armazéns e adega e lagar e pelo edifício dos estábulos. Nesta passagem existe uma porta de acesso ao lagar e adega (Fig.9).

A Capela representa, a nosso ver, a marca mais significativa, e até agora única observável dentro das quintas e granjas já estudadas, da intervenção dos monges cistercienses⁴⁶ (Fig. 10 e 11).

É um edifício com planta quadrangular, com 10 m de lado, de composição austera, mas cuidada, integrada na época da sua construção.

Atendendo à sua implantação, adossada ao edifício de habitação, é, claramente, obra dos monges após a sua aquisição.

Um aspecto interessante que se encontra nesta quinta é os grandes tanques de armazenamento das águas pluviais com planta quadrada, de 20 m de lado, e, admitindo terem 4 m de altura, estes

⁴⁶ Não podemos, no entanto, esquecermo-nos de que existiu também uma capela bem como o que terá sido um pequeno mosteiro, na Quinta do Campo, que se encontravam em ruínas após 1834, e que aquando da posterior aquisição pelo bisavô do actual proprietário, foram as ruínas arrasadas e nesse local construída o actual edifício de habitação. Ver também Maria do Céu Simões Tereno, "Architettura delle grange cistercensi del Monasterio di Alcobaça: Quinta do Campo – Antica grangia di Valado dos Frades", *Rivista Cistercense*, Anno XXI-2, Maggio – Agosto 2004, pp. 221-233

tanques tinham uma capacidade de armazenamento de água de cerca de 3000 m³.

Construídos a cerca de 800 m do conjunto edificado da Quinta, em alvenaria de pedra com uma espessura de paredes muito apreciável, e de grandes dimensões, apresentam semelhanças marcantes com os tanques existentes na Antiga Granja de Valado de Frades, actual Quinta do Campo, sendo estes de menores dimensões⁴⁷ do que os anteriores.

Um caso singular, e que não se encontrou nas outras quintas estudadas foi o apiário que segundo referência de alguns autores⁴⁸. Era um apiário onde era produzido o melhor e mais claro mel de Portugal.

Antigo Lagar dos Frades em Ataija de Cima

Nos coutos do Mosteiro de Alcobaça foram instaladas várias estruturas ligadas à produção agrícola e ao desenvolvimento do território, integradas ou não nas granjas, que eram as estruturas de maior expressão com aquela finalidade.

A povoação da Ataija de Cima, pertencente à freguesia de S. Vicente de Aljubarrota, e ao concelho de Alcobaça, do qual se encontra afastada 14 Km, é onde se situa o lagar referido (Fig. 15).

⁴⁷Maria do Céu Simões Tereno, "Architettura delle grange cistercensi del Monasterio di Alcobaça: Quinta do Campo – Antica granja di Valado dos Frades", *Rivista Cistercense*, Anno XXI-2, Maggio – Agosto 2004, pp. 221-23

⁴⁸ J.V. Natividade, " Os Monges Agrónomos do Mosteiro de Alcobaça", *Obras Várias II*, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I Aniversário da Morte do Prof. J. V. Natividade, Alcobaça, s/d, p. 44, onde encontramos: " Plantam-se os grandes olivais da Serra dos Candeeiros, transforma-se a Quinta de Vale-de-Ventos, junto a Turquel, numa formosa granja, com o seu apiário que produzia o mel mais claro de Portugal, e alinhados olivedos e pomares de laranjas e limas". Veja-se também José Pedro Saldanha Oliveira e Souza, *Subsídios para a História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, 1929, p. 135, e ainda José Diogo Ribeiro, *Memórias de Turquel*, Porto, 1908, p. 92, onde em nota de rodapé, indica o seguinte: " O mel mais claro de Portugal diziam os Bernardos que era o da sua quinta de Val-de-Ventos".

O acesso ao local, partindo de Alcobaça, faz-se pela estrada municipal nº553, conhecida por Antiga Estrada do Lagar dos Frades, transversal à estrada nacional nº1.

Encontra-se a povoação de Ataija de Cima num terreno sensivelmente plano a Oeste da Serra dos Candeeiros, que se oferece como pano de fundo deste edifício).

Nas vertentes da Serra dos Candeeiros foram mandados plantar olivais para aproveitamento dos terrenos menos férteis⁴⁹. A localização do lagar próximo da antiga Lagoa Ruiva, devia obedecer aos requisitos exigidos por esta actividade. Apesar de a energia utilizada ser usualmente a hidráulica⁵⁰, razão que apontava para a construção dos lagares próximo de ribeiras, não se pode excluir a energia animal, que parece ter também sido utilizada no lagar da Ataija, dadas as características da sua estrutura arquitectónica.

A referida Lagoa Ruiva, próxima do lagar, foi aterrada e deu lugar a um campo de futebol, que data de 1995⁵¹.

De antiguidade muito remota, a Ataija é, segundo Gustavo de Matos Sequeira⁵², um local onde foi encontrado um espólio muito significativo da época do neolítico e de épocas posteriores.

O edifício que vai ser apreciado, situado no extremo Sueste da povoação, foi considerado de interesse público, definido pelo Dec. Lei nº 67/97 de 31 de Dez., que o caracteriza nos seguintes termos⁵³: “ Casa do Monge lagareiro, também denominada “ Lagar dos Frades “ ,

⁴⁹O abade Fr. Manuel de Mendonça, primo do Marquês de Pombal, trouxe para o Couto de Alcobaça o espírito renovador do Marquês e mandou proceder ao enxugo dos campos de Alfeizerão, Valado dos Frades e Maiorga, e deu também um grande impulso à plantação de grandes olivais, iniciada previamente no século XVII. Joaquim Vieira Natividade, “ As Granjas do Mosteiro de Alcobaça “, Separata do Boletim da Junta da Província da Estremadura, nº5, Lisboa, 1944, p. 49

⁵⁰ *Ob. Cit.* (5), p. 125

⁵¹ Trata-se do Estádio pertencente ao Grupo Desportivo e Recreativo Ateniense, “ A Rã”, que o mandou construir e que ficou terminado em 1 de Outubro de 1995.

⁵² Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Leiria, Lisboa, 1955, p.

⁵³ Decreto-lei nº 67/97 de 31 de Dezembro, I Série.

na estrada municipal nº 553, junto à Ataija de Cima (Antiga estrada do Lagar dos Frades), freguesia de S. Vicente de Aljubarrota”.

Do conjunto que constituía esta estrutura e que compreendia o lagar, propriamente dito, e a casa do monge lagareiro, já só são visíveis os restos desta casa (Fig. 16).

O tempo e a desatenção encarregaram-se de apagar os vestígios do que foi considerado um lagar-modelo, à época da sua construção, que se admite situada no início do século XVIII.

O terreno onde se encontram implantadas as ruínas da casa do monge lagareiro tem forma rectangular e mede cerca de 96 m x 60 m, portanto, com uma área um pouco superior a meio hectare.

O que resta da casa, com planta rectangular, revela que o seu alçado principal, aquele que ainda ostenta o brasão de armas do Mosteiro, está orientado a Sudeste (Figs. 17 e 18).

No primeiro piso, observam-se, no seu interior, de difícil acesso pelo estado de ruína em que se encontra, três espaços, sendo o primeiro, no qual se entra pela que deve ter sido a porta da habitação, o de menores dimensões.

Este espaço comunica com os outros dois que completam este piso através de dois vãos, que revelam duas dependências, de dimensões mais amplas, com forma sensivelmente quadrangular. O último destes espaços apresenta a todo o redor da parede, a marca de pias de pedra, que serviam de depósito do azeite.

Julga-se de interesse recordar a descrição feita por J. V. Natividade⁵⁴ do estado em que viu na sua infância, este lagar: “ Nesta época constrói o Mosteiro o lagar-modelo da Ataija, hoje em ruína. Ainda o conhecemos, há talvez trinta anos, tal qual o deixaram os monges. Dentro de uma cerca, na vizinhança da Lagoa Ruiva, erguia-se a vasta edificação com ampla alpendrada em cujas paredes se

⁵⁴ J.V.Natividade, “ As Granjas do Mosteiro de Alcobaça”, in *Obras Várias II*, Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do Aniversário da Morte do Prof. J.V.Natividade, Alcobaça, s/d, p. 70

abriam, graciosamente, os nichos do pombal. Oito varas gigantescas, quatro de cada lado, peso contra peso, ocupavam o primeiro compartimento (21,80 m x 11,10 m). Seguiu-se-lhe a casa dos moinhos (35,50 m x 9,50 m) com as telhas para a azeitona, numerosas mas de pequenas divisões, em parte embebidas nas grossas paredes. Os estábulos ocupavam outro compartimento separado. Junto ao lagar, e voltada a nascente, levantava-se a residência do frade-lagareiro, na fachada da qual ainda hoje se vêem as armas do Mosteiro, de curioso desenho. No rés-do-chão deste corpo, guardava-se o azeite em grandes pias de pedra ⁵⁵.

As dependências que dizem respeito ao lagar já não existem, apenas aqui e além se encontra um resto de uma parede, galgas dispersas próximo do edifício, a atestar que, em tempos, houve ali um lagar.

Não existem igualmente vestígios dos estábulos.

A marcação dos três corpos do edifício é materializada com pilastras em alvenaria, de cor clara, contrastando com a cor base dos corpos do edifício, de tonalidade rósea bastante acentuada. No corpo central, o mais interessante do conjunto, por apresentar um trabalho mais cuidado das cantarias que emolduram as janelas, encontramos, dispostos simetricamente no primeiro piso, duas janelas rectangulares horizontais, com gradeamento em ferro, e cantaria simples de calcário.

A paisagem da Quinta do Vale de Ventos e de Ataija-de-Cima

Na zona do Lusitaniano da beira-serra (Silva *et al.*, 1961), a Granja de Vale de Ventos está situada numa região onde a secura,

⁵⁵ De acordo com informação inserta na obra de Bernardo Villa Nova, *Breve História de Alcobaça*, Reedição de *Antes dos Frades e de Épocas e Factos de Alcobaça*, Alcobaça, 1995, p.110, J.V.Natividade nasceu em 1899, e lembra-se de ter visto o lagar ainda como tinha sido em tempo dos frades. Podemos inferir que este facto tenha ocorrido na primeira década do século XX. Passados trinta anos, quando descreve o local, assinala que este já se encontra em ruínas.

acentuada pela ausência de linhas de água superficiais, constitui a característica marcante da paisagem agreste típica de substratos calcários. Se por um lado a rápida infiltração das águas das chuvas na rocha porosa torna os solos bastante secos principalmente nos períodos sem precipitação atmosférica, por outro vai alimentar os cursos de água subterrâneos que surgem à superfície, conhecidos como “olhos de água”. Somos de opinião de que, este facto poderia estar relacionado com a origem da Lagoa Ruiva, nas proximidades do lagar-modelo de azeite da Ataija-de-Cima.

A paisagem natural de Vale de Ventos está muito degradada com a ausência quase total dos antigos carvalhais de carvalho-cerquinho que dominavam naquela região. Nas encostas da serra crescem eucaliptais e os antigos olivais plantados pelos frades foram arrancados para dar lugar a pastagens. Os antigos e frondosos sobreirais estão praticamente confinados aos locais mais elevados ou então transformados em sebes arbóreas de divisão de propriedades (Figs. 12, 13 e 14).

Na Ataija-de-Cima verifica-se a “invasão” descontrolada do pinheiro-bravo e do eucalipto descaracterizando completamente a região. Dos extensos olivais que iam desde o lagar até à meia encosta da serra, resta poucos exemplares. A Lagoa Ruiva secou e no seu lugar construíram um campo de futebol (Figs. 19, 20 e 21).

Conclusão

Dos três conjuntos rurais estudados, verificou-se que se encontram em estados diferentes de conservação. Do ponto de vista da conservação dos conjuntos edificados, a Quinta do Campo é sem dúvida a que melhor se mantém até aos dias de hoje, porque apresenta ainda o espaço com características próximas do que teria sido no tempo da ocupação dos monges, e alguns dos edifícios mantêm ainda algumas características dessa época. A Quinta de

Vale de Ventos teve pior sorte, já que os actuais proprietários deixaram quase ao abandono o conjunto edificado, tendo-se apenas dedicado à exploração agrícola e pecuária. O Antigo Lagar da Ataija de Cima é praticamente uma ruína, para a qual existe um plano de salvaguarda e aproveitamento, que tarda em ser concretizado.

Do ponto de vista da paisagem envolvente a estes conjuntos, pode também concluir-se que a paisagem envolvente à Quinta do Campo, mantém ainda muitas das características que a constituíam à época da implantação desta granja. As Quinta de Vale de Ventos e o Lagar dos Frades tiveram intervenções mais profundas que contribuíram para alterar bastante a configuração da paisagem envolvente.

*Professora Auxiliar da Universidade de Évora (Doutorada em Conservação do Património)

** Professora Auxiliar da Universidade de Évora (Doutorada em Engenharia Biofísica - Fitossociologia)

BIBLIOGRAFIA RESPEITANTE À VEGETAÇÃO

Brockmann-Jerosch & Rubel (1912) – *Die Einteilung der Pflanzengesellschaften nach ökologisch-physiognomischen Gesichtspunkten*. Leipzig. In Rivas-Martínez, S. (1996) – *Geobotánica e Bioclimatología*. Discurso del Acto de Investidura como Doctor *honoris causa*. Universidad de Granada.

Marques, M. Z. A. F. (1994) – *Por Terras dos Antigos Coutos de Alcobaça. História, Arte e Tradição*. Alcobaça.

Silva, C.; Alarcão, A. & Cardoso, A. P. L. (1961) – *A Região a Oeste da Serra dos Candeeiros. Estudo económico-agrícola dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche*. Fundação Calouste Gulbenkian. Centro de Estudos de Economia Agrária. Lisboa.

Vieira Natividade, J. (1942) – *Os monges agrónomos do Mosteiro de Alcobaça*. Edição do Grémio da Lavoura da Região de Alcobaça. Alcobaça.

CONJUNTOS RURAIS CISTERCIENSES PERTENCENTES AO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA E SEU ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO

Maria do Céu Simões Tereno*
Marízia Clara Menezes Dias Pereira**

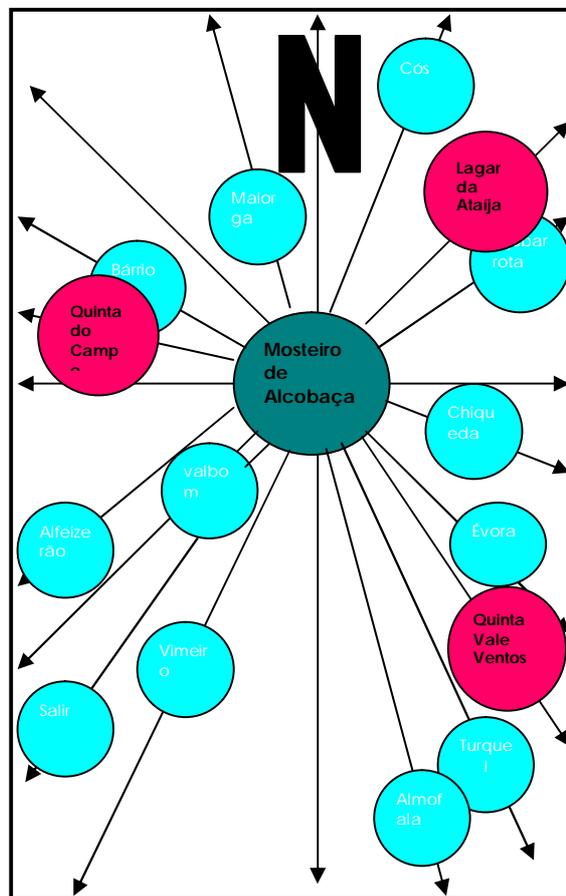


Fig. 1 – Algumas das Granjas e Quintas do Mosteiro de Alcobaça.



Fig. 2 – Quinta do Campo. Vista global do conjunto edificado.

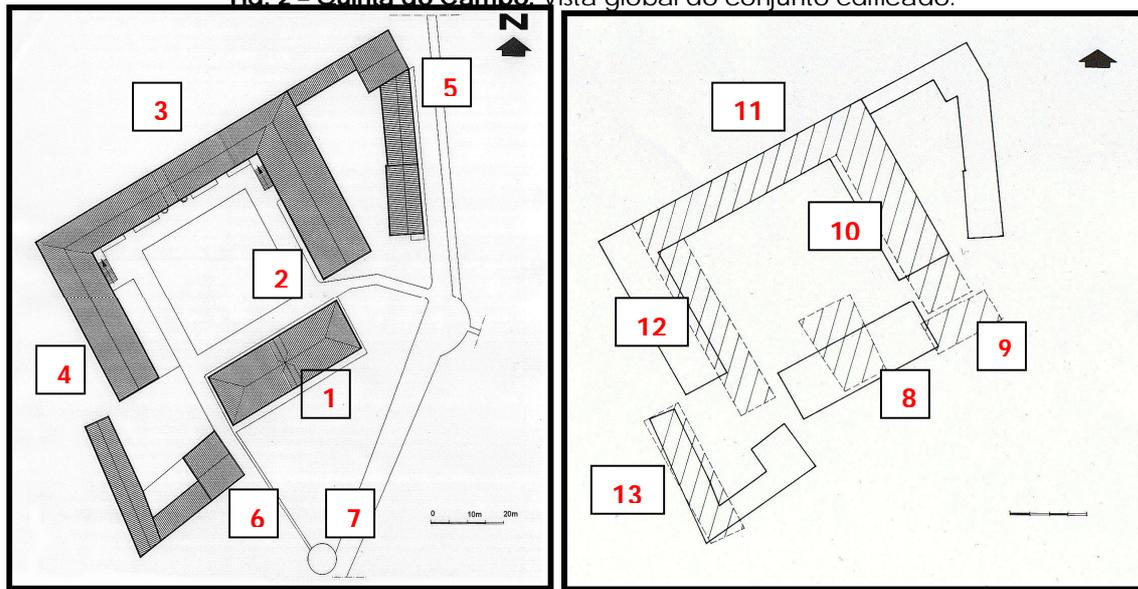


Fig. 3 e 4 – Plantas da Quinta do Campo. Situação actual e planta realizada com base no Tombo de 1782.

Legenda – 1. Habitação; 2. Adega; 3. Armazéns; 4. Abegoaria; 5. Antigo lagar de azeite; 6. Estábulos; 7. Forno de Pão; 8. Casas de habitação e pequeno Convento; 9. Antigo lagar de vinho; Antiga adega; 11. Currais e armazéns; 12. Armazéns; 13. Celeiro

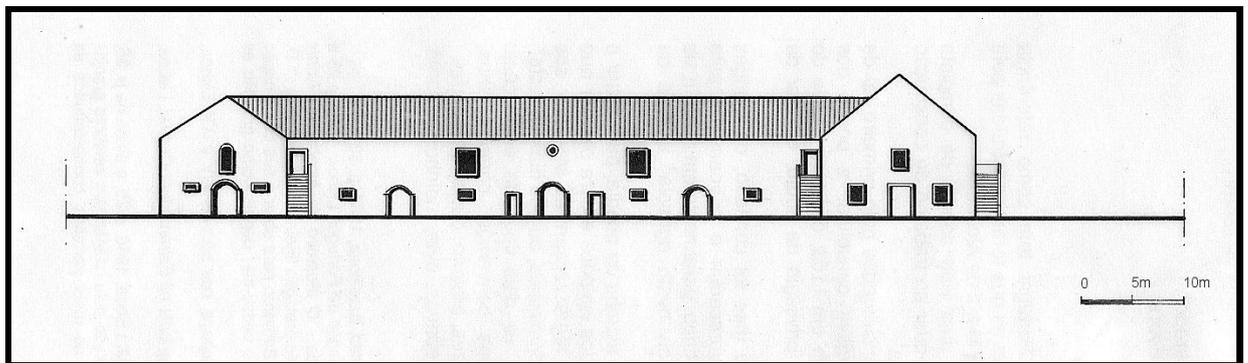
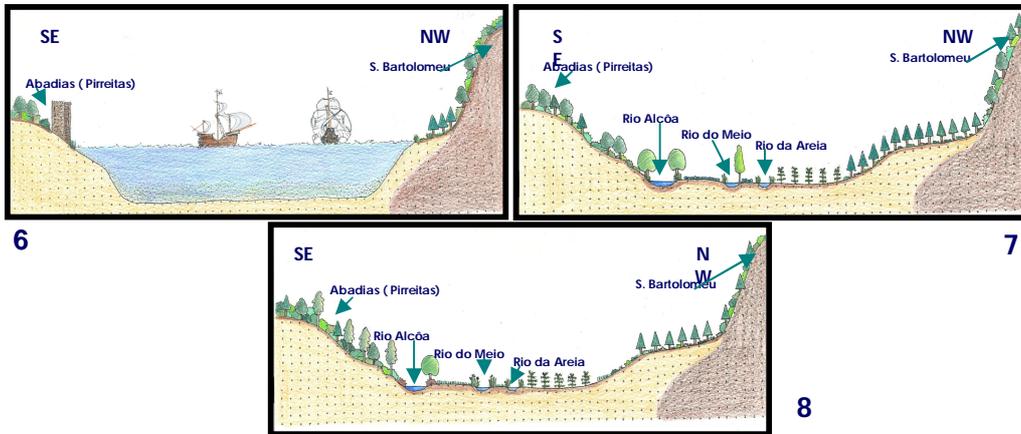


Fig. 5 – Quinta do Campo. Alçado principal do conjunto mais antigo.



Figs. 6,7 e 8 - Transectos do Valado dos Frades. Possível corte no século XIV, século XVIII e na situação actual.

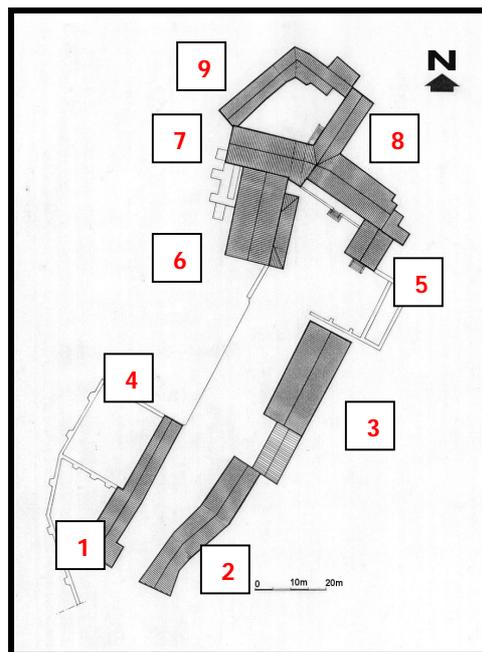


Fig. 9 – Quinta de Vale de Ventos. Planta do conjunto edificado. Legenda: 1. Armazéns; 2. Armazéns; 3. Armazéns; 4. Eira; 5. Capela; 6. Celeiro; 7. Adega e lagar; 8. Armazéns; 9. Estábulo



Fig. 10- Quinta de Vale de Ventos. Vista global do conjunto.

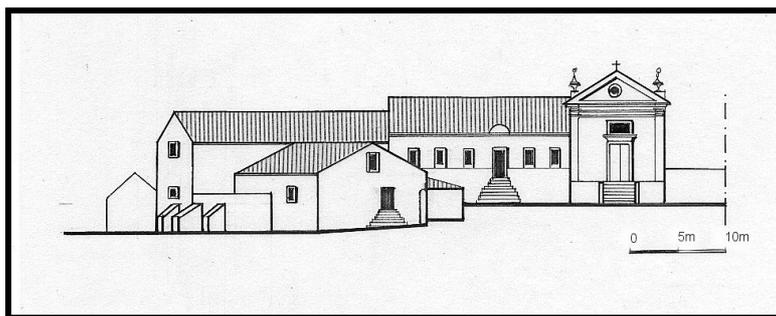
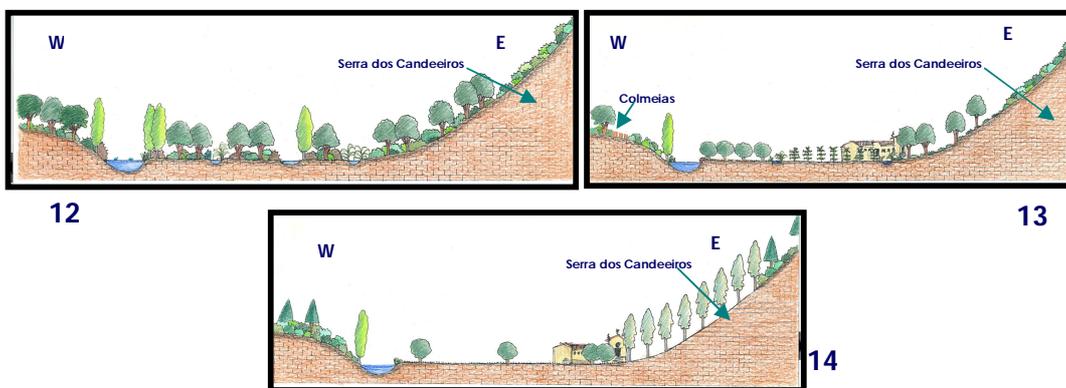


Fig. 11 - Quinta de Vale de Ventos. Alçado principal do conjunto edificado.



Figs. 12, 13 e 14 - Transectos da Quinta de Vale de Ventos. Possível corte no século XIV, século XVIII e na situação actual.

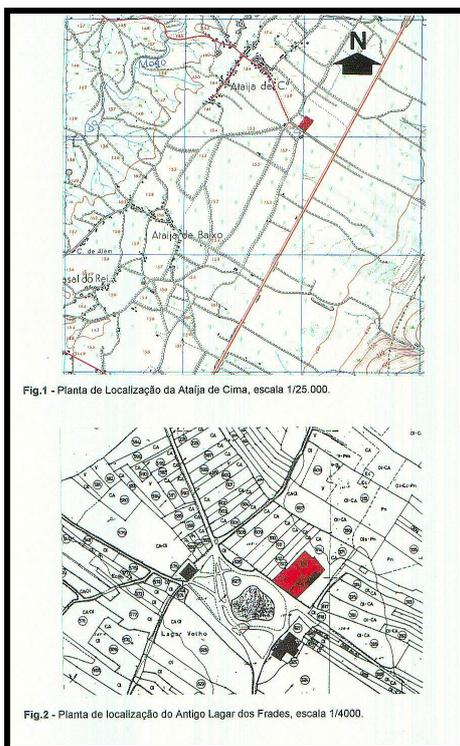


Fig. 15 - Planta de localização do Antigo Lagar da Ataija de Cima.



Fig. 16 – Lagar da Ataija – vista global do conjunto.

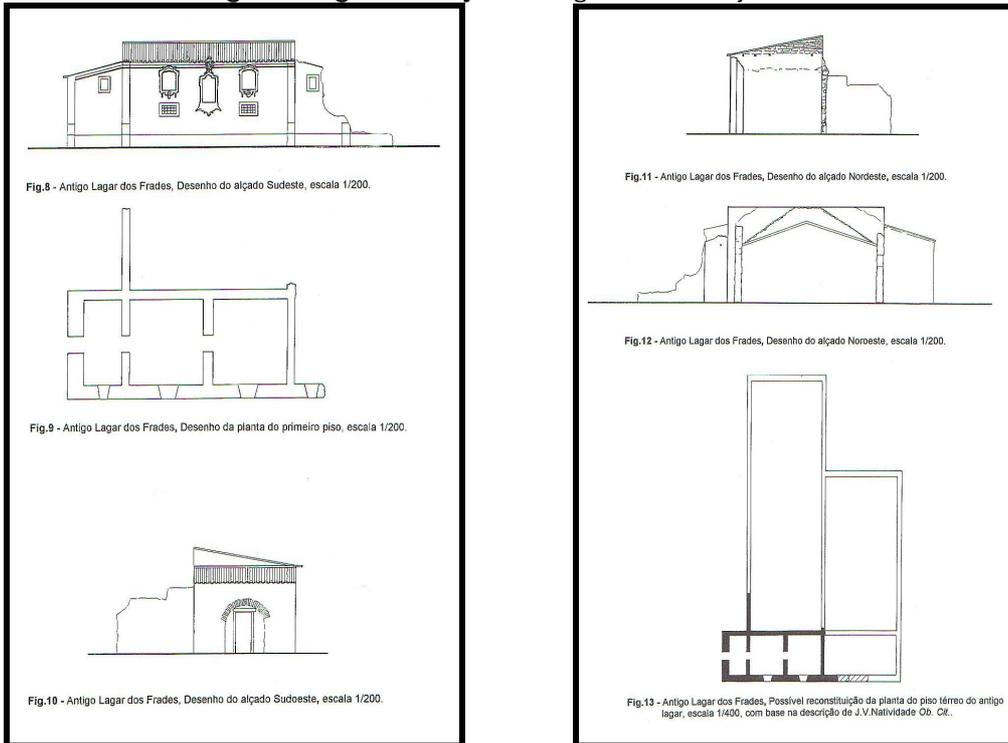
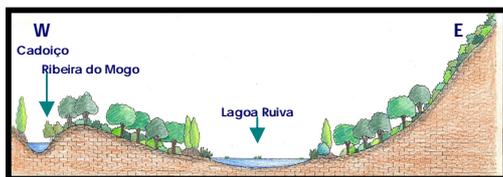
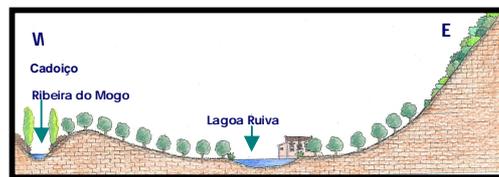


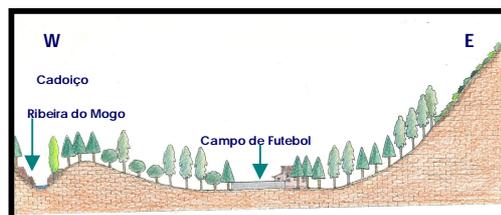
Fig. 17 e 18 – Lagar da Ataija. Alçados, plantas e cortes do edifício em estudo.



19



20



21

Figs. 19, 20 e 21 - Transectos da Quinta de Vale de Ventos. Possível corte no século XIV, século XVIII e na situação actual.